



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ACTA NÚMERO 9/XI (1.ª SL)

Aos 26 dias do mês de Janeiro de 2010, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública, na sala n.º 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante da presente acta, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação da Acta n.º 8.
2. Apreciação de Pareceres relativos às seguintes iniciativas legislativas:
 - **Projecto de Lei n.º 57/XI (PCP)** – Suspende o sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho dos trabalhadores da Administração Pública (SIADAP 3) - Deputada autora do parecer: Francisca Almeida (PSD);
 - **Projecto de Lei n.º 58/XI (PCP)** – Institui uma verdadeira mobilidade entre os serviços da Administração Pública e revoga a mobilidade especial - Deputada autora do parecer: Francisca Almeida (PSD).
3. Apreciação dos seguintes Projectos de Resolução:
 - **47/XI (CDS-PP)** - Recomenda ao Governo que prolongue a extensão do subsídio social de desemprego para o ano de 2010 e a redução das contribuições para empresas com trabalhadores com mais de 45 anos e que pague os retroactivos dos beneficiários que deixaram de auferir a prestação com a caducidade que ocorreu no dia 31 de Dezembro de 2009;
 - **48/XI (PCP)** - Cria um plano de emergência para o distrito de Castelo Branco;
 - **54/XI (CDS-PP)** - Recomenda ao Governo que legisle de modo a atribuir aos sócios-gerentes das empresas que encerram e trabalhadores independentes uma prestação social.
4. Aprovação do Plano de Actividades da Comissão.
5. Outros assuntos.

O Senhor Presidente da Comissão, Deputado Ramos Preto (PS), iniciou a reunião colocando a acta n.º 8 à consideração dos Senhores Deputados. A acta foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP.



Iniciado o ponto dois da Ordem do Dia, foi dada a palavra à Senhora Deputada Francisca Almeida (PSD), que apresentou os pareceres da sua autoria sobre as seguintes iniciativas: **Projecto de Lei n.º 57/XI (PCP)** – *Suspende o sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho dos trabalhadores da Administração Pública (SIADAP 3)*; e **Projecto de Lei n.º 58/XI (PCP)** – *Institui uma verdadeira mobilidade entre os serviços da Administração Pública e revoga a mobilidade especial.*

Submetidas à votação, nos termos regimentais, as partes I (considerandos) e III (conclusões) dos dois pareceres, foram as mesmas aprovadas por unanimidade.

Quanto ao ponto três da Ordem do Dia, o Senhor Deputado Artur Rêgo (CDS-PP) apresentou um requerimento, nos termos do n.º 2 do art.º 128.º do Regimento, solicitando que fossem realizadas no Plenário as discussões dos Projectos de Resolução **47/XI (CDS-PP)** – *Recomenda ao Governo que prolongue a extensão do subsídio social de desemprego para o ano de 2010 e a redução das contribuições para empresas com trabalhadores com mais de 45 anos e que pague os retroactivos dos beneficiários que deixaram de auferir a prestação com a caducidade que ocorreu no dia 31 de Dezembro de 2009* e **54/XI (CDS-PP)** – *Recomenda ao Governo que legisle de modo a atribuir aos sócios-gerentes das empresas que encerram e trabalhadores independentes uma prestação social.*

O Senhor Presidente referiu então que remeteria as mencionadas iniciativas a Plenário, nos termos requeridos. De seguida, deu início à discussão, nos termos regimentais, do Projecto de Resolução **54/XI (CDS-PP)** – *Recomenda ao Governo que legisle de modo a atribuir aos sócios-gerentes das empresas que encerram e trabalhadores independentes uma prestação social.*

Participaram na discussão a Senhora Deputada Paula Santos (PCP), que apresentou o conteúdo e fundamentos da iniciativa, bem como os Senhores Deputados Hortense Martins (PS), Artur Rêgo (CDS-PP), Arménio Santos (PSD) e Mariana Aiveca (BE). Os termos da discussão constam de informação, que se anexa, e que, em conjunto com o respectivo Projecto de Resolução, será enviada por ofício ao Senhor Presidente da Assembleia da República para efeitos do agendamento da sua votação em Plenário.



O Senhor Presidente deu então início ao ponto 4 da Ordem do Dia, concernente ao plano de actividades da Comissão. Informou que havia comunicado ao Senhor Presidente da Assembleia da República a intenção de realizar diversas conferências, sobre temas da área de competência da Comissão, a saber: Trabalho e Empreendedorismo; a "Estratégia UE 2020"; e a Sustentabilidade da Segurança Social. Referiu, ainda, a possibilidade de realização de uma audição pública, no âmbito do ano europeu do combate contra a pobreza e exclusão social.

Os Senhores Deputados Maria José Gamboa (PS), Arménio Santos (PSD) e Artur Rêgo (CDS-PP), recordando as dificuldades de calendário, limitado pela discussão do Orçamento do Estado para 2010, expressaram a sua opinião no sentido de ser preferível que a Comissão se concentrasse na reflexão de um ou dois temas e, a partir deles, definisse quais os eventos e/ou visitas a organizar.

O Senhor Deputado Arménio Santos (PSD) sugeriu, ainda, uma deslocação a uma região com especial incidência de desemprego, como o Porto e o Vale do Ave. Expressou, ainda, a necessidade de se reflectir e tomar contacto com a realidade dos trabalhadores transfronteiriços, que trabalham em Espanha com piores condições de trabalho do que os colegas espanhóis.

O Senhor Deputado Artur Rêgo (CDS-PP) apresentou, por escrito, as sugestões de temas a debater ao longo da sessão legislativa em curso, a saber: a evolução do risco de pobreza da sociedade portuguesa nos últimos cinco anos e avaliação dos sectores mais susceptíveis; debate sobre as convenções colectivas de trabalho e demais instrumentos de contratação colectiva, no decorrer dos últimos 10 anos e o impacto que as diferentes legislações de trabalho tiveram nessa matéria; e a inserção no mercado de trabalho e na sociedade dos beneficiários do rendimento social de inserção. Em relação a este último tema, considerou que ele se integrava plenamente no âmbito das políticas activas de empreendedorismo e emprego, no que foi secundado pelo senhor Presidente.

A Senhora Deputada Maria José Nogueira Pinto (PSD) assinalou que, sendo 2010 o ano europeu do combate à pobreza e exclusão social, a Comissão teria de desenvolver a sua actividade tendo em conta esta temática. Acrescentou que o empreendedorismo deveria ser abordado na perspectiva de oportunidade do aproveitamento da crise, nomeadamente no que concerne a experiências de criação de emprego e utilização do microcrédito. Por fim, aludiu à importância da economia social e das empresas sociais, bem como da necessidade de se reflectir na hipótese de se legislar sobre a criação deste tipo de empresas em Portugal, até agora inexistentes, sendo as suas funções assumidas pelas Instituições Particulares de Solidariedade Social e pelas Misericórdias.



A Senhora Deputada Mariana Aiveca (BE) reiterou os argumentos aduzidos pelos anteriores intervenientes, sobre a necessidade de compatibilizar as actividades com o calendário disponível. Sugeriu os temas da pobreza e da contratação colectiva para realização de audições públicas.

O Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) sugeriu que o Senhor Presidente indicasse as audições, deslocações e conferências a realizar, colocando o plano de actividades, posteriormente, à consideração da Comissão.

O Senhor Presidente, sintetizando o debate ocorrido, referiu que faria uma proposta, no sentido de se realizar uma conferência no final de Maio, sobre "*Trabalho e Políticas Activas e Empreendedorismo e a Estratégia UE 2020*". Quanto às deslocações e audições públicas, seriam previstas no Plano de Actividades, com temas e prazos a definir, de acordo com o andamento dos trabalhos da Comissão.

A reunião foi encerrada às 16:40 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 26 de Janeiro de 2010.

O PRESIDENTE

(RAMOS PRETO)



Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Anabela Freitas
Arménio Santos
Artur Rêgo
Catarina Marcelino
Custódia Fernandes
Francisca Almeida
Jorge Machado
Maria Conceição Pereira
Maria das Mercês Borges
Maria José Gamboa
Maria José Nogueira Pinto
Mariana Aiveca
Miguel Laranjeiro
Pedro Mota Soares
Ramos Preto
Sónia Fertuzinhos
Teresa Santos
Carla Rodrigues
Hortense Martins
João Paulo Pedrosa
Maria de Lurdes Ruivo

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva
Jorge Strecht
José Pereira Marques

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Margarida Almeida

Projecto de Resolução n.º 48/XI (1.ª) (PCP)
"Cria um plano de emergência para o distrito de Castelo Branco"

INFORMAÇÃO

1. Onze deputados do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português (PCP) apresentaram o Projecto de Resolução supra-referido, ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 156º (Poderes dos Deputados) da Constituição da República Portuguesa, da alínea b) do nº 1 do artigo 4º (Poderes dos Deputados) e do nº 1 do artigo 128º (Projectos e Propostas de Resolução) do Regimento da Assembleia da República.
2. A iniciativa deu entrada na Assembleia da República a 6 de Janeiro de 2010, tendo sido admitida a 7 do mesmo mês e baixado à Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública e à Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Energia, sendo esta última a Comissão Competente.
3. A discussão do Projecto de Resolução foi feita na reunião da Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública de 26 de Janeiro de 2010 e iniciou-se pela sua apresentação, por parte da Senhora Deputada Paula Santos (PCP), que explanou, sucintamente, os principais fundamentos, bem como o conteúdo da iniciativa, a saber:

Fundamentos:

- ✓ A população no distrito tem vindo a diminuir, com um saldo migratório e natural negativo em todo o distrito, com excepção de Belmonte e Vila de Rei, apontando todos os indicadores demográficos para dificuldades de renovação da população;
- ✓ Acresce que o emprego tem vindo a diminuir, a par com o agravamento da precariedade do emprego, do baixo nível remuneratório auferido, dos salários em atraso e do aumento do desemprego, nomeadamente o desemprego feminino;
- ✓ No que concerne às pensões e reformas, o valor médio é igualmente dos mais baixos do país (306 €);
- ✓ O número de famílias beneficiárias do Rendimento Social de Inserção e que recorrem ao Banco Alimentar está, igualmente, a aumentar.

Medidas Preconizadas:

- ✓ A promoção de um **Programa de Revitalização do Aparelho Produtivo** que permita, entre outros objectivos: compatibilizar a produção tradicional e os produtos regionais com a incorporação de inovação e tecnologia; revitalizar o ordenamento e gestão da floresta enquanto suporte da actividade produtiva; valorizar os recursos minerais do distrito; apoiar as redes de de micro, pequenas e médias empresas do distrito; promover o turismo e valorizar o património histórico e ambiental; reforçar a capacidade de atracção do investimento público e privado; incentivar a inovação e a modernização ao nível tecnológico e organizacional, do produto e da comercialização; apostar nas energias renováveis; congelar os preços da energia e das telecomunicações, reduzindo assim custos de laboração no distrito; conceder, através da Caixa Geral de Depósitos, crédito e seguros de crédito

acessíveis ao micro, pequenas e médias empresas do distrito; reduzir o IVA e os prazos de reembolso e eliminação do Pagamento Especial por Conta; combater e penalizar as deslocalizações fraudulentas, as práticas monopolistas e de dumping e controlar criteriosamente os fundos do Estado envolvidos nos acordos com grandes empresas e sectores económicos; combater a precariedade laboral, a discriminação salarial das mulheres, as violações de direitos dos trabalhadores, o aumento do tempo de trabalho, a redução salarial e os salários em atraso, promovendo no âmbito da Autoridade para as Condições do Trabalho, um programa específico de fiscalização rigorosa do recurso ao *lay-off*.

- ✓ Implementação de um **Programa de Investimento Público** que, privilegiando os efeitos de curto prazo, tenha como objectivos: requalificar o tecido urbano, apoiando a reconstrução dos imóveis degradados nos centros das cidades e vilas do distrito, garantindo apoios financeiros com períodos de carência e taxa de juro reduzida; dotar o distrito das infra-estruturas necessárias ao crescimento da sua capacidade económica e à melhoria da qualidade de vida da população, investindo na rede ferroviária, acelerando o processo de modernização da Linha da Beira Baixa com electrificação integral e realizando os estudos de viabilidade técnico-económica para as ligações regulares entre Guarda-Belmonte-Covilhã-Fundão-Castelo Branco e vice-versa, integrando-as numa política de promoção de utilização do comboio nos distritos de Castelo Branco e da Guarda; investindo na rede viária - construindo as ligações de Idanha e Penamacor à A23 e finalizando o IC8; construindo o IC31 - Castelo Branco - Monfortinho e da via Raia; construindo o IC6 com túnel de Alvoaça livre de portagens; requalificação das estradas municipais e inter-municipais; defendendo a bacia do Zêzere, promovendo a sua despoluição; promovendo a construção de uma *rede de heliportos* de pequena dimensão e polivalentes com possibilidades de utilização no turismo, na evacuação médica, no apoio ao combate dos fogos florestais; criando e desenvolvendo *Parques tecnológicos* orientados para a intensificação das relações do sistema científico e tecnológico regional e das empresas contribuindo para transferência tecnológica e a assimilação e desenvolvimento de novas tecnologias aplicadas aos recursos e necessidades locais; desenvolvendo uma *plataforma logística intermodal de dimensão distrital* que leve à afirmação de uma nova centralidade do distrito nas ligações à Europa e ao Litoral.
 - ✓ Desenvolvimento de um amplo **Programa de Formação e Qualificação Profissional** que possibilite: a requalificação dos recursos humanos, garantindo a articulação do sistema de ensino e formação com o sistema científico e tecnológico regional; o aumento da qualificação, em meios técnicos e humanos; a resposta dos serviços públicos, em especial na área da saúde, na educação, na segurança social, no emprego e formação, nas finanças, na agricultura, na justiça e na segurança das populações, não permitindo que mais nenhum serviço ou unidade seja encerrado e reabrindo aqueles que entretanto foram encerrados em resultado das políticas de desinvestimento nestas áreas.
 - ✓ Execução de um **Programa Social** que vise: a concretização de aumentos substanciais no acesso e duração do subsídio de desemprego, particularmente para os jovens, e de outras prestações sociais conexas, bem como o alargamento da rede de centros de emprego e formação profissional no distrito; a criação de uma rede pública de combate à pobreza e exclusão social, incidindo particularmente na população idosa, dotada dos recursos humanos e materiais e dos equipamentos necessários; a centralização do processo de atribuição e gestão do Rendimento Social de Inserção na Segurança Social, com a dotação dos meios necessários e reduzindo o tempo de espera para a sua atribuição, bem como a aplicação dum plano de inserção social a todos os beneficiários deste apoio.
4. Terminada a apresentação do Projecto de Resolução, iniciou-se uma fase de debate, na qual participaram, para além da Senhora Deputada Paula Santos (PCP), os Senhores Deputados Hortense Martins (PS), Artur Rêgo (CDS-PP), Arménio Santos (PSD) e Mariana Aiveca (BE).
- ✓ A Senhora Deputada Hortense Martins (PS) iniciou a sua intervenção, referindo que o conteúdo do Projecto de Resolução, aliás repetindo a iniciativa dos mesmos proponentes,

na anterior Legislatura¹, partia de uma radiografia neg a do distrito de Castelo Branco. Continuou, alegando que tal em nada contribuía para o desenvolvimento sustentável nem para o emprego. Acrescentou que, no entanto, estava de acordo com alguns aspectos mencionados, nomeadamente quanto à necessidade de encurtamento do prazo de reembolso do IVA, bem como com medidas de discriminação positiva. Prosseguiu, no sentido de, em grande parte, tal se encontrar já acautelado, quer pelo facto do prazo do reembolso do IVA estar já em 90 dias e em vias de ser ainda mais encurtado, por força da aprovação dos Projectos de Lei do PS e do CDS referentes ao IVA, então em apreciação na Comissão de Orçamento e Finanças. Quanto às medidas de discriminação positiva, salientou os já existentes benefícios fiscais da interioridade, os incentivos à criação e manutenção do emprego, através da redução das taxas da Segurança Social, que apoiam um grande número de trabalhadores. Acrescentou que nem todos os concelhos se encontram no mesmo nível de desertificação, sendo um fenómeno mais notório nos concelhos fronteiriços. A este propósito, salientou ainda a A 23 como um factor de desenvolvimento para o distrito, melhorando a sua acessibilidade e tendo efeitos fundamentais no desenvolvimento e no emprego.

Quanto à necessidade de investimento público no distrito, embora o PS acompanhe essa preocupação, os constrangimentos orçamentais são um facto. No entanto, existem diversos investimentos em curso, salientando-se a IC 8, que liga a A 23 ao litoral, atravessando o Pinhal Interior e que se encontra em fase de lançamento. Mencionou, ainda, as centrais termoeléctricas na Sertã e na Covilhã.

Reiterou, igualmente, a necessidade de apoio à produção local, salientando, no entanto, que esse papel cabe, igualmente, à iniciativa privada. Manifestou a sua discordância no que concerne à criação de uma marca regional têxtil, relevando o trabalho desenvolvido pelo Grupo de Trabalho Têxtil, do qual havia feito parte.

- ✓ O Senhor Deputado Artur Rêgo (CDS-PP) tomou a palavra e, embora concordando com parte do diagnóstico da iniciativa do PCP quanto ao distrito de Castelo Branco, referiu que o mesmo se poderia fazer em relação a muitos outros distritos do interior do país. Acrescentou que a diminuição da população é uma consequência do modelo de ordenamento do território, que privilegia o desenvolvimento do litoral.

No que concerne ao desemprego, sublinhou que o seu aumento é transversal a todo o país. Também no que respeita às medidas de inovação e modernização, bem como ao reembolso atempado do IVA, salientou que seriam medidas necessárias a todo o território nacional.

Neste contexto, concluiu que, embora perfilhando, na generalidade, o conteúdo do Projecto de Resolução, este necessitaria de se encontrar fundamentado num estudo comparativo, que permitisse concluir que o distrito de Castelo Branco é uma excepção face ao panorama nacional.

- ✓ O entendimento da transversalidade dos problemas colocados a outras regiões do país foi partilhado pelo Senhor Deputado Arménio Santos (PSD). Acrescentou que, durante a X Legislatura, o PSD havia apresentado, por duas vezes, uma série de propostas no sentido de inverter a situação das regiões do interior, que a então maioria PS havia rejeitado. Continuou, criticando o excessivo enfoque local da iniciativa do PCP, para além da

¹ PJR 487/X /PCP - Cria um plano de emergência para o distrito de Castelo Branco



inexequibilidade de algumas das medidas nela contidas, como o caso do preço das comunicações.

- ✓ Quanto à Senhora Deputada Mariana Aiveca (BE), embora reconhecendo que o desequilíbrio litoral/interior é transversal a outras regiões, acrescentou que *não se podia utilizar o argumento de não se poder fazer tudo, para não se fazer nada*. Salientou, ainda, que a responsabilidade política obrigava a que se começasse por algum lado. Em relação aos investimentos salientados pela Senhora Deputada Hortense Martins (PS), referiu que o investimento público não se poderia cingir à construção de rodovias. A este propósito, a Senhora Deputada do PS respondeu, recordando os investimentos em equipamentos sociais efectuados (v.g. lares e creches), nomeadamente no âmbito do Programa PARES.
 - ✓ A última intervenção do debate coube à senhora Deputada Paula Santos (PCP) que recordou que, na anterior Legislatura, o PCP também havia apresentado planos de emergência para outros distritos. Por fim, desejou que os restantes Grupos Parlamentares também fossem sensíveis à situação vivida no distrito de Castelo Branco.
5. O Projecto de Resolução n.º 48/XI/1ª – *Cria um plano de emergência para o distrito de Castelo Branco* apresenta conteúdo idêntico ao PJR 487/X /PCP - *Cria um plano de emergência para o distrito de Castelo Branco* que, apresentado na anterior Legislatura, foi rejeitado na reunião plenária de 3 de Julho de 2009, com os votos contra do PS, os votos a favor do PCP, BE, PEV e a Deputada não inscrita Luísa Mesquita e a abstenção do PSD, CDS-PP e o Deputado não inscrito José Paulo Areia de Carvalho.
6. O Projecto de Resolução n.º 48/XI/1ª – “*Cria um plano de emergência para o distrito de Castelo Branco*”, foi objecto de discussão na Comissão Trabalho, Segurança Social e Administração Pública, em reunião realizada a 26 de Janeiro de 2010.
7. Realizada a sua discussão, remete-se esta Informação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República, nos termos do n.º1 do art.º 128.º do Regimento da Assembleia da República.

Assembleia da República, em 4 de Fevereiro de 2010.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

Ramos Preto